

## **A (re)denção da historiografia e a prática escolar: trocas entre saberes, mobilizações e direitos étnicos**

### **The (re) dention of historiography and school practice: exchanges between knowledge, mobilizations and ethnic rights**

DOI:10.34117/bjdv7n1-229

Recebimento dos originais: 10/12/2020

Aceitação para publicação: 10/01/2021

#### **Mikaela Moreno Vasconcelos Araujo**

Mestre em Culturas Africanas da Diáspora e dos Povos Indígenas

Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED-AP)

Princesa, 845, Ramal da UNIFAP. Bairro Universidade. Macapá-AP. CEP: 68903-014

E-mail: mikaela\_araujo@hotmail.com

#### **Alexandre Gomes Teixeira Vieira**

Mestre em Culturas Africanas da Diáspora e dos Povos Indígenas

Graduação UPE

Sítio Serrote, 460, Zona Rural, Caetés –PE. CEP: 55360000

E-mail: teixeira\_historia@live.com

#### **Tatiane Lima de Almeida**

Mestre em Culturas Africanas da Diáspora e dos Povos Indígenas

Graduação UPE

Sítio Capoeira do Pinto, Capoeiras/PE. CEP: 55365000

E-mail: tatianelima1983@hotmail.com

#### **RESUMO**

A educação intercultural enquanto via de ação política é urgente no sentido de mudança da prática de ensino da história indígena tende a re-descobrir, tirar da invisibilidade, realocar na história as várias etnias e maneiras de ser índio no Brasil, e o apagamento desses povos no nordeste brasileiro. Esse clamor iniciaria por uma revisão, onde o resgatar desses povos esquecidos da história venha redimir a própria historiografia do papel que teve em negligencia-los. Este trabalho se propôs a realizar uma etnografia do ensino da temática indígena nas escolas do município de Capoeiras/PE, a partir da percepção de docentes e discentes. Para partir daí, intervir através da Pesquisa Ação em atividades no viés intercultural, com isso realocar os índios no que diz respeito ao ensino da história. Pela importância do estudo sobre os povos originários, a presente pesquisa visa contribuir com o diálogo entre antropologia e educação, para que de fato possamos pensar o ensino como ferramenta de mobilização no que diz respeito aos direitos étnicos. E que a sala de aula seja um ambiente mediador de valorização e reconhecimento dos direitos das etnias existentes, principalmente em contexto local e sua importância na formação cultural da sociedade. Com isso, pensar a educação como mediadora de atores e mudanças sociais, um espaço onde o reconhecimento e as mobilizações das comunidades tradicionais possam ganhar força e reconhecimento. O diálogo respaldada na reflexão da Lei 11.645/2008, tendo em vista que a história indígena tratada no âmbito escolar ainda está carregada de preconceitos e estereótipos, tal justificativa se faz

necessária, tamanha a carência de esclarecimentos diante do não reconhecimento do índio enquanto sujeito de direitos e do tempo presente.

**Palavras-chave:** Mobilização, Indígenas, Educação.

## ABSTRACT

Intercultural education as a route of political action is urgent in the sense of changing the practice of teaching indigenous history tends to rediscover, remove invisibility, relocate in history the various ethnicities and ways of being Indian in Brazil, and the erasure of these peoples in the Brazilian northeast. This clamor would start with a revision, where the rescue of these forgotten peoples in history will redeem the historiography itself of the role that it had in neglecting them. This work proposed to carry out an ethnography of teaching indigenous themes in schools in the municipality of Capoeiras / PE, based on the perception of teachers and students. To start from there, intervene through Action Research in activities with an intercultural bias, thereby reallocating the Indians with regard to the teaching of history. Due to the importance of the study on native peoples, this research aims to contribute to the dialogue between anthropology and education, so that in fact we can think of teaching as a mobilization tool with regard to ethnic rights. And that the classroom is a mediating environment for valuing and recognizing the rights of existing ethnic groups, especially in the local context and its importance in the cultural formation of society. Thus, thinking of education as a mediator of actors and social changes, a space where the recognition and mobilizations of traditional communities can gain strength and recognition. The dialogue supported by the reflection of Law 11.645 / 2008, considering that the indigenous history treated in the school environment is still loaded with prejudices and stereotypes, such a justification is necessary, such a lack of clarification in the face of the non-recognition of the Indian as a rights and the present time.

**Keywords:** Mobilization, Indigenous, Education.

## 1 INTRODUÇÃO

É necessário evidenciar a ética tupi do *comei-vos uns aos outros*, devorada pela ética cristã como bem destacou Fausto (2009). A alusão ao suposto banquete antropofágico foi utilizada aqui como um convite para se pensar as mobilizações indígenas através da educação, sendo os processos educativos discutidos como possibilidades de interferências em políticas públicas e ações de governo, no reconhecimento da presença indígena e as reivindicações por direitos.

Dessa forma, a discussão será realizada a partir da historiografia mediada por processos educativos que considerem as diferenças étnicas e identidades culturais e uma educação intercultural como tem sido propostos pelas pesquisas do grupo de Modernidade – Colonialidade no contexto latino-americano<sup>1</sup>. Desse modo, a considerar

---

<sup>1</sup> Para a proposta de revisão historiográfica e mobilizações indígenas, utilizou-se as prerrogativas propostas pelo Grupo Colonialidade/Modernidade como arcabouço teórico que possibilita uma análise crítica de

a colonialidade como uma colonização epistemológica, uma ocidentalização hegemônica do eurocentrismo, sobretudo, ainda presente na produção didática brasileira e nos processos educativos até aqui analisados.

Pensar e repensar os silêncios que a historiografia e a escola promoveram sobre os indígenas, bem como os desdobramentos das questões indígenas, são objetivos da discussão deste trabalho. Estando respaldado nas reflexões de João Pacheco de Oliveira (1998), presente no texto “ *Etnologia dos índios misturados*”, ao discutir esses silêncios que a história promoveu sobre os indígenas no Nordeste brasileiro.

A educação intercultural enquanto via de ação política é urgente neste sentido, propondo mudanças na prática de ensino da história indígena, amparada na antropologia e numa nova visão da história dos povos originários. Discuti a invisibilidade e realocar na história as várias etnias e maneiras de “ser índio no Brasil”, bem como elucidar questões que omitiram os povos indígenas na História do Brasil. Repensar o apagamento desses povos na historiografia no Nordeste brasileiro, esse clamor iniciaria por uma revisão, repensar esses povos esquecidos da/na história venha redimir a própria historiografia em negligencia-los.

Para tanto este trabalho se propôs a realizar uma reflexão acerca do ensino sobre a temática indígena nas escolas do município de Capoeiras Agreste de Pernambuco, inserindo esse município dentro da questão indígena e a partir daí traçar uma discussão tendo como base a lei 11.645/2008, a história indígena na qual a região como de estudo se insere. Com isso realocar os índios no que diz respeito ao ensino da história. Pela importância do estudo sobre os povos originários, a presente pesquisa visa contribuir com o diálogo entre antropologia e educação, para que de fato possamos pensar o ensino como ferramenta de mobilização no que diz respeito aos direitos étnicos.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

### Área de estudo

O município de Capoeiras está localizado da mesorregião do Agreste meridional de Pernambuco e na micro-região de Garanhuns, situado no limiar das relações socioculturais entre o litoral e o interior do estado de Pernambuco. Historicamente o

---

paradigmas eurocêntricos no ensino-aprendizagem para as questões étnico-raciais, assim como, foi considerado a pedagogia decolonial e educação intercultural como viáveis para se pensar a mobilizações indígenas no presente. A proposta transdisciplinar e a nova episteme foi discutida por: OLIVEIRA, L.F. de, & Candau, V. M. F. (2010). Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educ. ver. [Online], 26(1), 15-40.

município está inserido no contexto das rotas comerciais do chamado “Sertão do Ararobá”, dentro do processo de branqueamento e caboclicização<sup>2</sup> que afetou diretamente as populações indígenas nessa região.

### 3 METODOLOGIA

Para realização deste trabalho, serão realizadas intervenções em campo compreendidas dentro da etnografia escolar (André, 2004). Tomando por base este método, não foram formuladas perguntas ou problemas *a priori*, levando em consideração que o pesquisador deve primeiro ingressar no campo a ser investigado (BISPO e GODOY, 2012, p. 6). Realizar o exercício de observação e compreensão, das ações e das práticas cotidianas do grupo em investigação, da maneira mais imparcial possível e com o menor número de pressuposições (BISPO e GODOY, 2006, p. 7).

Analisaremos o processo de ensino da temática indígena em escolas públicas do município de Capoeiras/PE. Neste contexto o pesquisador deve-se tornar-se parte integrante do processo de produção, reprodução e modificação do conhecimento, visto que as observações participantes e as notas de campo são condição obrigatória na pesquisa.

Também, foi realizado amplo levantamento bibliográfico, bem como realizada análise de alguns livros didáticos existentes na escola, e como estes tratavam da temática indígena. Foram também realizadas entrevistas com estudantes e professores nas modalidades: semiestruturada; aberta; focalizada e projetiva”, conforme Minayo (2016, p.59).

Ainda acerca das entrevistas, foram realizadas intervenções no âmbito da História oral e da Pesquisa documental na região em torno da escola campo de estudo, com a finalidade de tentar em profundidade inserir a mesma no contexto a que este trabalho se propõe. Foi ainda utilizado o método onomástico, proposto originalmente por Carlo Ginzburg no estudo das comunidades a partir de seu sobrenome.

---

<sup>2</sup> Termo discutido por Alexandre Gomes Teixeira Vieira, também autor deste artigo em sua pesquisa de mestrado em curso, e em um artigo recente intitulado: *Os silêncios da historiografia oficial e o processo de caboclicização: negação, afirmação e reelaboração identitária* (no prelo), esse fenômeno da caboclicização também já foi discutido por Edson Silva em sua Tese de Doutorado intitulada: *Xucuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira-PE), 1950-1988*, no ano de 2008.

## **A temática indígena no interior de Pernambuco: o silenciamento e a negligência da historiografia oficial**

A região onde esta pesquisa será realizada insere-se no contexto histórico das rotas comerciais no interior de Pernambuco, o chamado “Sertão do Ararobá”, com índios, missionários, tropeiros, comerciantes de escravizados dentre várias outras personagens nessa região. Uma figura sempre presente nas narrativas das comunidades dessa área são os chamados “cabocos brabos” ou “negos de cabelo bom” ou ainda “um povo moreno de cabelo liso”, habitante os vales de rios e pés de serra.

A necessidade de um estudo tratando da temática indígena no interior de Pernambuco em um município onde não são conhecidos povos indígenas, e não está bem definida na memória social pretérita local é um tanto estranho. Mas, várias são as famílias que assumem como apelido ou sobrenome o termo “caboco”, com referências a uma ancestralidade advinda dos chamados cabocos brabos. No que diz respeito especificamente a área de estudo, os habitantes que viviam na Serra do Gurjão, na Capoeira do Pinto e no sítio Xucuru.<sup>3</sup>

Assim duas questões importantes precisam ser pensadas neste ponto; primeiro o município de Capoeiras está relativamente próximo de povos indígenas em Pernambuco, a exemplo dos Funi-ô (Águas Belas), Kapinawá (Buíque, Ibimirim e Tupanatinga) e Xucuru Ororubá (Pesqueira e Poçoão) e Xucuru de Cimbres (Pesqueira, Venturosa e Pedra). A segunda questão é pensar historicamente a construção do município de Capoeiras como este relacionado com a temática indígena, sobretudo nos processos envolvendo o território pós 1850 com a publicação da Lei de Terras.

O município de Capoeiras está localizado da mesorregião do Agreste meridional de Pernambuco e na micro-região de Garanhuns, situado no limiar das relações socioculturais entre o litoral e o interior do estado de Pernambuco. Historicamente o município está inserido no contexto das rotas comerciais do chamado “Sertão do Ararobá”, e no processo de branqueamento e caboclição<sup>4</sup> que afetou diretamente as populações indígenas nessa região.

---

<sup>3</sup> Regiões localizadas no município de Capoeiras/PE.

<sup>4</sup> A caboclição foi discutido por Edson Silva na sua Tese de Doutorado em História intitulada: *Xucuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira-PE), 1950-1988*, no ano de 2008.

O local específico está referenciado historicamente na rota de comércio a “mata” ao “Sertão”, na rota de comércio servindo de parada para os tropeiros na antiga rota para Cimbres, como afirmou Alberico Bezerra de Melo:

Em fins do século XVII o caminho obrigatório dos almocreves ou tropeiros que conduziam suas tropas de burros transportando algodão e pele do Sertão para a zona da Mata, era as capoeiras. Nesse terreno havia uma clareira onde passava um riacho ladeado por algumas árvores frondosas, sendo ponto de descanso dos tropeiros. Essas terras pertenciam a freguesia de São Bento do Una, onde na época já havia, algumas fazendas para os lados de Maniçoba (1978).

O povoamento massivo dessa região ocorreu partir do século XVIII, com a exploração da Freguesia do Una como pontua Cintra (1988, p. 29). Sabe-se também que a região era densamente povoada por comunidades de cabocos brabos ou indígenas (FERREIRA, 2001, p. 88).

Caboclo é um termo amplamente difundido nos interiores do Brasil, mas no Nordeste essa expressão possui uma carga semântica muito forte relacionada a temática indígena. Edson Silva (2004) discutiu o termo caboclo enquanto uma categoria utilizada por pessoas interessadas nas terras do povo indígenas Xukuru habitantes em Pesqueira e Poção. Utilizava-se a expressão caboclo para negar a existência de índios em uma determinada região, negar sua identidade para então se apropriar das terras com maior facilidade.

Logo o “caboclo” é um termo para designar as populações indígenas onde não se queria reconhece-las, que existissem. Mas no interior de Pernambuco a expressão “caboco” ou “caboco brabo” é fonte para adentrar nas memórias e na história dos povos indígenas, pois ao negar-se esses povos se consolidou uma memória acerca destes, que na atualidade é a principal fonte para tirar esses povos da invisibilidade e pensar a reelaboração idenitária dos indígenas.

A caboclicização está relacionada ainda a política de embranquecimento da população brasileira discutida por Rosiane Rodrigues (2013, p. 70), ao tratar das leis implantadas na Colônia e no Império, sobretudo no final do século XIX, no intuito de mesclar negros e índios a brancos para, *grosso modo*, deixar os brasileiros mais parecidos com portugueses. O que foi possível conjecturar a partir desse contexto ao confrontar a bibliografia com as fontes orais e documentais na região estudada é que as populações indígenas existentes foram afetadas pela política de branqueamento.

Nesse sentido, citamos Rita Nita de Almeida que era conhecida como “Veia Rita”, filha Antônio Véio caboco, curandeiro como era conhecido na região, de condição econômica inferior à do fazendeiro Henrique Almeida Calado, homem rico dono de mais de 360 hectares de terra, respeitado pela comunidade, viúvo com filhos e mais velho que a senhora Rita mais de 40 anos<sup>5</sup>. Um casamento que conforme relatos dos familiares não foi feliz. Ficando o questionamento sobre os arranjos que estavam por trás dessa união. Seria um casamento forçado? Por interesse? Será que Rita foi dada ao casamento? Discussão essa que não cabe na presente pesquisa, mas está posta. Esses casamentos ao que tudo indica estão também relacionados ao processo de branqueamento ocorrido no final do século XIX e início do XX (RODRIGUES, 2012), e a cabocização nesta mesma época e local (SILVA, 2004).

Essa conjuntura histórica e política originou-se a várias narrativas sobre mulheres caboclas pegas a força “a dente de cachorro” e ainda “acuadas por cachorros” sendo obrigadas a constituir família com fazendeiros da região. Nesse processo essas mulheres adquirem novos sobrenomes como Almeida, Calado e Vitor para citar os mais representativos na área de estudo. (Nogueira, 2018) “meu pai robô minha mãe em Garanhuns...(risos). Naquele tempo tinha muito isso, as muiê era até laçada. (Milton, 2018) “ Meu avô me contava que o pai dele pegou a mãe no laço lá no Gurjão e levou pra casa”.

Ainda é necessário inserir a questão da Lei de Terras publicada em 1850 que afeta diretamente as comunidades originárias na região campo deste estudo. Quando pensamos o discurso oficial e o silenciamento a partir de leis que decretaram o fim de aldeamentos indígenas em Pernambuco amplamente estudados por Valle (1992) e Moreira Neto (2005) no fim do século XIX e a emergência étnica iniciada na década de 1920 com o processo de etnogênese de vários povos indígenas no interior de Pernambuco. Onde se insere o processo de cabocização e a história indígena na área onde está pesquisa será realizada. A pergunta é, onde estão então esses indígenas silenciados?

Chamar alguém de “caboco” ou ter esse termo enquanto uma memória ancestral na região do Agreste de Pernambuco é afirmar-se um índio. É preciso ampliar as possibilidades sobre o termo “caboco” e a própria temática indígena a ser abordada em

---

<sup>5</sup> Citação obtida através de relatos de familiares dos falecidos Rita Nita de Almeida e Henrique Almeida Calado, que são bisavós da autora.



sala de aula, tendo em vista que tal palavra apresenta grande potencial para evidenciar os indígenas silenciados pela historiografia.

Para buscar responder de alguma maneira a pergunta, pensamos acima estabelecer um diálogo entre a Antropologia e a Educação, sobre o reconhecimento dos povos indígenas e do passado indígena da região estudada. Percebendo que o morador no interior de Pernambuco é parte da história indígena, nas formas de ser, agir e a história. Tratando-se de um dever da educação contribuir para a reafirmação da presença dos indígenas que resistem as intempéries da sociedade atual historicamente construída.

Dessa forma, a Lei nº 11.645/2008, tem como finalidade também garantir que essa memória indígena seja discutida em sala de aula, inserindo todo e qualquer lugar onde as memórias dos cabocos estejam presentes como um lugar que integra essa história. A função da Lei e de modo geral da educação é atuar como lugar de elucidar e problematizar questões que o discurso oficial negligenciou.

Isso respondendo a questão étnico-racial, tendo a educação não apenas enquanto lugar de difusão de informação, mas enquanto lugar de construção de conhecimento. Favorecer esse olhar para escola, rompendo com a passividade da instituição de ensino e com a própria sala de aula, enaltecendo novos lugares e dinâmicas que dialoguem com o cotidiano e história dos estudantes. Visando intercalar conhecimentos e prezando por uma formação que respeite a heterogeneidade da população brasileira e estabelecendo um ambiente no qual docente sintam-se livre e seguro para compreender seu processo de formação histórica, discutindo seus deveres e reivindicando direitos.

### **Antropologia e Educação enquanto mediações e valorização dos povos indígenas no processo de ensino-aprendizagem.**

São muitos os problemas enfrentados pela educação em nosso país, sobretudo quando se trata da diversidade étnica-racial. É necessário que a educação e antropologia mantenham um diálogo acerca do que se entende sobre a história e culturas dos povos indígenas. Uma vez que o que é ensinado no âmbito escolar está carregado de preconceitos e estereótipos, expressos por docentes e discentes.

Souza e Nascimento (2010, p. 125) escreveram que:

Portanto, é nessa perspectiva que a educação deve ser pensada, como sendo uma disciplina mista, que articula saberes múltiplos e que é capaz de dialogar com outros campos do conhecimento. Dessa forma será possível uma maior reflexão sobre a temática da diversidade cultural no âmbito da educação, tendo a antropologia como ciência interlocutora nesse processo.



Ainda na atualidade, no processo de ensino-aprendizagem percebemos que não é evidenciada a importância devida ao processo histórico vivenciados pelos indígenas durante a colonização, sobretudo no Nordeste brasileiro. O ensino sobre os índios ainda se restringe às literaturas de cronistas, administradores e viajantes do século XVI-XIX que descreveram os indígenas como personagens folclóricos, pensados enquanto figuras anacrônicas e estagnados em relação às dinâmicas históricas.

Além disso, os livros didáticos que não valorizam a cultura e a diversidade dos povos indígenas em nosso país, também não contemplam as peculiaridades dos povos habitantes no Nordeste brasileiro. Não que os subsídios didáticos não apresentem o índio na história, mas trata-se das negligências sobre a grande diversidade desses povos e na maioria das mantendo estereótipos.

O reconhecimento dos povos indígenas ocorreu tardiamente após décadas de violências, opressão, silenciamento e escravidão. Os avanços propostos na legislação brasileira a partir de novas experiências democráticas pós Ditadura Civil-Militar, apresentam contribuições significativas para a compreensão da diversidade étnica e cultural em nosso país, constituindo-se em ações afirmativas potencializadoras para uma educação das relações étnico-raciais. Os movimentos indígenas nas década de 1970 e 1980 tiveram papel importantíssimo nesse contexto de mobilizações sociais.

Dessa forma a legitimidade nas últimas décadas foram conquistados novos cenários políticos e os movimentos sociais que ocuparam espaços e difundindo o respeito à sociodiversidade. Direitos sociais específicos foram reconhecidos, identidades foram afirmadas e respeitadas com reivindicações indígenas em um cenário de embates políticos.

Com as leis 10.639/2003 e lei 11.645/2008 que promoveram um avanço nas últimas décadas nas discussões sobre as relações etnoraciais e o cenário histórico citado anteriormente sobre esses povos, no âmbito educacional, ocorreram as possibilidades de reconhecer e discutir a sociodiversidade brasileira como um lugar de resistência. Para suporte as manifestações sociais e fundamentar a legislação favorecendo esses grupos, tendo em vista que a “Lei nº 11.645 nos coloca: estabelecer um diálogo intercultural respeitoso com os povos indígenas...” (MEDEIROS, 2012, p. 61).

Com pesquisa ainda em andamento percebe-se que os professores desconhecem a Lei mencionada, e muitos não tiveram contato com o teor do documento recebido nas escolas ou procuram conhecer a proposta da mesma através de pesquisas. É importante

mencionar que esta Lei vigora há 10 anos e ainda não se efetivou plenamente no processo de ensino nos espaços escolares do Brasil, bem como ampliar a atuação para o reconhecimento e respeito à diversidade étnica em nosso país.

O que ocorre principalmente pela ausência de discussões sobre a temática nas formações continuada de professores pelos órgãos responsáveis, como as secretarias de educação e universidades, que deveriam contemplar essas discussões nos cursos de formação de professores. Edson Silva (2012, p.6) afirmou que é necessário que as secretárias incluam capacitações e formação continuada para os docentes, na perspectiva da diversidade étnico-cultural.

Ficando evidente nas diversas pesquisas realizadas e divulgadas que a maioria dos educadores não estão preparados para discutir a temática indígena em sala de aula. Ressaltando que esse problema não está restrito à temática indígena, mas também a vários outros temas relacionados ao contexto contemporâneo, expondo a fragilidade de uma educação contextualizada e presente.

É preciso educar as crianças e os jovens para a construção de um olhar crítico sobre as relações de desigualdades existentes entre os diversos grupos étnicos em nosso país. Corroborando com o proposto por Collet (2013, p. 8), quando afirmou que:

“Cabe chamar a atenção para a importância da abordagem da temática indígena na sala de aula não apenas porque ela é uma questão politicamente correta ou porque os índios são nossas raízes, mas também pelo fato de que existem hoje graves situações de conflitos, discriminação e violência sofrida pelos povos indígenas”.

Para a situação específica do município Capoeiras e da meso-região do Agreste pernambucano, o *locus* deste estudo, onde a indígena corresponde ao discutido por Edson Silva (2014) como caboclicização e ao silenciamento sobre os indígenas no Nordeste brasileiro e também como apresentou João Pacheco de Oliveira (1998). Onde existem subsídios tratando da temática indígena, mas que em nada modifica a atual visão predominante sobre os povos originários na contemporaneidade.

Nesse contexto que discutimos a importância dos diálogos Educação e Antropologia, para a compreensão das demandas sociais com as exigências advindas quando não são efetivadas enquanto políticas nacionais na educação (LDB, PCN) e das políticas de diversidades (Leis 10.639/2003 e 11.645/2008). Assim a antropologia enquanto reflexão seria um mediador fundamental para tratarmos da temática pluralidade sociocultural e o reconhecimento de direitos a partir da escola.

Gusmão (2010, p. 261) afirmou que a contribuição da Antropologia, com suas teorias e práticas, iluminada por sua própria transformação histórica em uma ciência mais compreensiva e crítica, faz-se fundamental nos diálogos com a Educação. Os conhecimentos e abordagens antropológicas contribuirão para que o professor elaborasse uma visão crítica, considerando a pluralidade existente no espaço escolar, a construção e reelaboração identitária dos povos originários na História.

Para tanto, Gusmão (1997, p.1) escreveu:

Na relação entre antropologia e educação abre-se um espaço para debates, reflexão e intervenção que acolhe desde o contexto cultural da aprendizagem, os efeitos sobre a diferença cultural, racial, étnica e de gênero, até os sucessos e insucessos do sistema escolar em face de uma ordem social em mudança.

A escola é um *locus* que possibilita estudar diversos grupos em todas suas particularidades (práticas, hábitos, crenças, valores, linguagens, significados), nossa preocupação com nessa discussão não apenas é o processo educativo, mas também o papel da antropologia na construção da formação educacional dentro dos espaços escolares. Recorremos a Gusmão (2010, p. 263) por afirmar que Antropologia como ciência na modernidade tem muito a dizer no campo da Educação. Possibilitando uma educação como cultura, e não só como cultura escolar, abrindo espaço para uma reflexão sobre as possibilidades de compreensão sobre o cotidiano escolar, ampliando a concepção para além da escola, com a qual a Antropologia pode contribuir.

Ressaltamos a importância da educação como um meio para contribuir com o reconhecimento dos povos indígenas na História do Brasil, fazendo a sala de aula um espaço de mobilizações contra preconceito e diversidade cultural. Seria fundamental o papel da Antropologia na formação acadêmica dos professores, favorecendo a transformação da visão eurocêntrica construída principalmente pela forma homogeneizadora da educação.

A escolha de Capoeiras como *locus* da pesquisa não foi de forma aleatória, tendo em vista, que o município estar localizado próximo dos territórios indígenas Xucuru do Ororubá em Pesqueira e Poção, Xucuru de Cimbres em Pesqueira, Venturosa e Pedra, Fulni-ô de Águas Belas e Kapinawá em Buíque. Nesse sentido é imprescindível que seja evidenciada a visibilidade para esses povos na contemporaneidade e não no passado, ou que vivem nas florestas da Amazônia como muitas vezes são retratados pela mídia e subsídios didáticos.

É visível a ausência da temática indígena nos currículos vividos em sala de aula pelos professores, sendo discutidos e quase que unicamente vivenciado pela escola no dia 19 de abril, o Dia do índio, deixando assim de contemplar a importância da diversidade dos povos indígenas habitantes tão próximos, mas ainda existe uma visão estereotipada do indígena como personagem folclórico.

Torna-se necessário entender que mesmo com uma presença significativa de indígenas nas proximidades de Capoeiras/PE e mesmo historicamente existirem indígenas em regiões vizinhas, a discussão é desconsiderada em sala de aula de forma que não legitima os povos na História do Brasil. Com esse estudo desejamos contribuir com subsídios para atuais pesquisas sobre o ensino da temática indígena.

### **Por uma reinvenção da escola e da historiografia: escola enquanto local de reconhecimento de identidades, histórias e afirmação de direitos.**

A colonialidade do saber que aqui sobrevive no pós-colonial e se apresenta como perspectiva cognitiva que situando os “povos sem história” nas margens, nas bordas, na periferia da história. A partir de uma análise crítica sobre os índios na História, esta possibilitaria perceber os indígenas “deixar a memória de si”, a uma “imortalidade da lembrança” aqui será o ponto de partida para o retorno, uma fronteira de encontros interculturais e interdisciplinares.

A colonialidade do saber nos revela, ainda que para além do legado de desigualdade e injustiças sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhe são próprias (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3).

A ética Cristã que ainda devora, e assume novos apetites com o percurso da história. Evidenciando os indígenas como a necessidade de (re)descobrir, tirar da invisibilidade, realocar na história e para a história, sobretudo na atualidade no Brasil, com mais de 300 formas diversas de ser índio. O convite intercultural é urgente no sentido de mudança da prática de ensino sobre da história indígena. Esse clamor sendo iniciado por uma revisão e como bem pontuou Jonh Manoel MONTEIRO (2003) em não apenas resgatar esses povos “esquecidos” da infância da história, mas em redimir a própria historiografia do papel que teve de erradicar os índios, uma vez que, como bem destaca Monteiro (2001) “a crônica da destruição e do despovoamento já não é mais aceitável para explicar a trajetória dos povos indígenas nestas terras”.

Nesse sentido, uma transformação no ensino urge por nos abordagens históricas, e nesse percurso cabe ressaltar justamente a abordagem da história dos povos indígenas. Estes que em geral ainda são citados entre o “bom” e o “mal” selvagem, como povos que apenas respondiam as reações da empresa colonial, ora como ser idílico, exótico, selvagem, puro, ora como canibal, besta, bicho que deveria ser domesticado, civilizado e convertido a fé cristã. Ideia de uma cultura pura, congelada e em oposição os ex-índios.

Posteriormente, quando se inaugurou a escrita da História do Brasil pela pena institucionalizada do IHGB, o índio como “ser primitivo”, podia e devia ser incorporado a história nacional como um ser ancestral que pelo viés evolucionista seria mestiçado, diluído e apagado da história. Afinal, povos da infância, da idade da pedra, de uma história perdida como interesse de estudo então da etnografia, como meros objetos científicos desaparecidos pela “sono eterno” da evolução. A partir de uma abordagem de caráter determinista, a aculturação, a miscigenação “adormeceu” os índios na História.

As reflexões sobre os povos indígenas na atualidade ocorreu justamente pela supressão do “diálogo de surdos” entre antropólogos e historiadores sobre os índios que saíam “dos arquivos para uma vida mais agitada nas monografias”, para a releitura dessas vozes adormecidas pela história, especialmente na história colonial, precipitaram a ler nas entrelinhas dos documentos, e por um viés decolonial o índio enquanto sujeito histórico, que subvertia a ordem imposta pelos colonizadores a seus interesses, a reconfigurar e reinterpretar o papel das aldeias indígenas coloniais, não como um espaço de aculturação, mas como ressocialização e de reconstrução de identidades culturais, como espaço de sobrevivência e liberdade possível, a língua que fora fator de domínio imposta as diferentes nações indígenas, usada como elo para a sobrevivência e rearticulação dos mesmos.

Importante destacar que o reaparecimento dos índios na história enquanto sujeitos ocorreu em razão das mobilizações destes povos, que mesmo diante dos massacres, violências e denúncias como as expostas no redescoberto Relatório Figueiredo<sup>6</sup>, apresentando fortes evidências que corroborariam com as reivindicações de direitos pelos

---

<sup>6</sup> As redescobertas do Relatório Figueiredo como importante documento de denuncia e provas contra os crimes que acometeram populações indignas, vitimando 6 milhões de índios e documentando torturas, abusos sexuais, escravidão, roubo de terra, assassinato de aldeias inteiras com metralhadoras, inoculação proposital de varíola, e envenenamento através do arsênico e estricnina no açúcar oferecido aos índios, ainda se apresenta como uma documentação incomoda, pois prova a culpa de latifundiários, funcionários do Estado e políticos em 8 mil páginas que se revelam e inda estão por revelar reivindicações ao direito de terra indígena, assim como violação de direitos e pela renovação historiográfica pelo encontro com a antropologia a contemporaneidade dos índios enquanto atores sociais.

índios. Mobilizações que são percebidas por uma sociedade se reconhece plural e (re)descobre os índios, pois estes não são massa amorfa, nem fosseis, e não foram apagados pela miscigenação.

A ideia dos indígenas apenas enquanto discurso sobre um povo único, mascara e serve para suplantando os direitos das “minorias” entre maiorias. Ademais, que no caso dos índios contribuí para a permanência do desconhecimento sobre a complexidade numérica e sociocultural dos índios. As reivindicações indígenas enquanto povos na atualidade ressoa na mudança de leis que reconhecem o caráter pluriétnico do povo brasileiro, e com isso afirmar as sociodiversidades indígenas no Brasil para então promover e garantir o direito as diferenças socioculturais.

Afirmar as sociodiversidades indígenas no Brasil é, portanto, reconhecer os direitos as diferenças socioculturais, é questionar a mestiçagem como ideia de uma cultura e identidade nacional. É buscar compreender as possibilidades de coexistência socioculturais, fundamentada nos princípios da interculturalidade (SILVA, 2012, p. 43).

O que urge na criação de formas inclusivas como a Lei nº 11.645/2008 para o ensino da história e cultura indígena que deveria perpassar desde as universidades, formação dos professores e secretarias municipais e estaduais de Educação para a viabilização da determinação legal e garantir o conhecimento da história indígena, valorização e respeito dos mesmos. Ainda no que diz respeito a citada Lei, cabe ressaltar possíveis impactos assim como divergências a partir das discussões sobre a temática indígena na sala de aula. Nesse sentido, o estudo realizado por Mauro Coelho (2009), nas escolas de Belém/PA e nos livros didáticos, constatou a escola, e, sobretudo o ensino de história enquanto locus privilegiado para a pretensa formação da cidadania favorecia a vitimização dos índios para então a história salvar e glorificá-los.

A *vitimização* é um segundo momento da representação do índio como detentor de uma ingenuidade e de um desconhecimento, atávico nos dois casos, que o tornariam particularmente incapaz de responder à ambição e à violência - causas da *vitimização*. (...) Nos processos históricos tratados pelos livros didáticos analisados, as populações indígenas são classificadas como **sacrificadas, perdidas, massacradas e submissas** (COELHO, 2009, p. 275, grifo nosso).

Pela análise proposta remonta a teoria de coisificação do escravo, mas nesse caso, recaindo sobre a vitimização como representação do indígena o seu extermínio, o desaparecimento e fundamentalmente a incapacidade de mobilizações no presente, uma vez que não reconhece a condição de agente histórico. Expressões como genocídio e

etnocídio apresentam uma perspectiva de extermínio total e/ou desaparecimento da cultura indígena, segundo a argumentação proposta por Sila (2012), que não se considera, dessa forma a depopulação indígena, e sim o seu desaparecimento definitivo.

Ademais, o autor ressaltou que não se trata de desconsiderar a violência sistêmica empregada contra os índios, mas a ressaltou as representações que considerem outras questões para além da escravização e do suposto extermínio, o que foi questionado pelos estudos de Serge Gruzinski (2001) ao evidenciar o pensamento mestiço, as culturas híbridas, as relações onde identidades interculturais e histórias são re-inscritas.

Outas divergências mais comuns recaem sobre a representação dos índios nos livros didáticos, ainda apresenta lacunas, silenciamento em uma história dualista sobre os índios com reprodução de estereótipos e a ideia dos índios unívocos. E quanto às imagens dos índios nesses livros, que dificilmente apresentam imagens de índios na atualidade, mas apenas reproduções pictóricas do passado colonial sem uma devida interlocução entre narrativa visual e escrita.

Na atualidade, estar disponível para o professor com as discussões realizadas pela chamada nova história indígena e sua multiplicidade de diálogos com a Literatura, Antropologia, a Arqueologia, e História em uma interdisciplinaridade, contribuindo para (re)construir a história dos índios tanto no passado quanto reconhecendo a cultura, a identidade, a história, dinâmicas e mobilizações na atualidade. Enquanto convergências essas novas abordagens evidenciam, vale-se lembrar do índio enquanto sujeito da/na História. Buscando expor som, imagens e vozes falada e contada e escrita aos indígenas, conhecer a produção audiovisual indígena, a músicas, as narrativas multimodais, e a arte produzida pelos índios.

Sem deixar de pensar na formação continuada dos professores para o ensino da temática indígena, e terem as condições de realizar a transposição didática, onde os conhecimentos acadêmico possa chegar até a sala de aula de maneira a evidenciar os índios na História e (re)conhecer-los como sujeitos sócio-históricos de direitos, expressões socioculturais a serem valorizada e respeitadas na atualidade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ressaltar que a sala de aula é ambiente mediador de reconhecimento e valorização dos direitos étnicos existentes no Brasil em especial na região Nordeste, principalmente em contexto local e sua importância na formação cultural da sociedade. Ainda será



necessário percorrer um longo caminho de renovação da própria lógica institucional por trás da escola.

O diálogo Antropologia/Educação respaldada na reflexão da Lei 11.645/2008, considerando que a história indígena tratada no âmbito escolar ainda está carregada de preconceitos e estereótipos, tanto por parte dos professores quanto dos estudantes. Reafirmamos a carência de esclarecimentos diante do não reconhecimento do indígena enquanto sujeito de direitos na atualidade. Pensando a educação como mediadora das possíveis mudanças sociais, e como meio de (re)afirmação identitária e reconhecimento dos direitos dos povos originários, depende da constante preocupação e atualização das instituições de ensino.

## REFERÊNCIAS

COELHO, Mauro Cesar. “ A história, índio e o livro didático: apontamentos para uma reflexão sobre o saber histórico”. MAGALHÃES, Marcelo; REZNIK, Luis; ROCHA, Helenice. *A História na Escola*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, pp. 263-281.

COLETT, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. *Quebrando Preconceitos subsídios para o ensino das culturas e história dos povos indígenas*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria Ltda. 2013.

FEIL, Roselene. O (não) lugar do indígena na “literatura brasileira”: por onde começar a inclusão? *Boitatá, Londrina*, n. 12, p. 122-137, jul-dez 2011.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. Tradução Rosa Freyre D’Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Por uma Antropologia da Educação no Brasil. *Pro-Posições, Campinas*, v.21, n.2 (62), p. 259-265, maio/ago. 2010.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Antropologia e educação: Origens de um diálogo. *Cadernos CEDES, vol.18, n. 43, Campinas, Dec. 1997*.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

MEDEIROS, Juliana Schneider. Povos indígenas e a Lei nº. 11.645: (in)visibilidades no ensino da história do Brasil. In: BERGAMASHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER; Maria Luísa Merino de Freitas, (orgs) *Povos Indígenas & Educação*. Porto Alegre: editora Mediação, 2012. P. 49-62.

MINAYO, M.C.S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis – RJ. Vozes, 2016.

MONTEIRO, John. “O desafio da história indígena no Brasil”, in Aracy Lopes Silva; Luís D. B. Grupioni (orgs.), *A temática indígena na escola*, Brasília, MEC/MARI/UNESCO.

\_\_\_\_\_. “Redescobrimo os índios da América portuguesa: Antropologia e história”, in O. A. Aguiar; J. E. Batista; J. Pinheiro (orgs.), *Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005.

MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no império. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, 2010, pp. 53-72.

MUNDURUKU, Daniel, *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970)*. Ed. Paulinas, São Paulo, 2012.

NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira do; SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva, *Antropologia, Educação e Estado Pluricultural: notas sobre o sistema educacional brasileiro frente à pluralidade cultural*. O público e o privado, nº 16. 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. e FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A Presença Indígena na Formação do Brasil / – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco. *Uma etnologia dos “índios misturados”?* Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* [online]. 1998, vol. 4, n.1 [cited 2017-07-13], pp. 47-77. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.19-20, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas.* Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-277

RODRIGUES, Rosiane. “nós” do Brasil: estudo das relações étnico-raciais. São Paulo. Moderna. 2012.

SILVA, E. Xucuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira-PE), 1950-1988. Recife. Editora da UFPE, 2014.

SILVA, Edson. “Povos indígenas: história, culturas e o ensino a partir da lei 11.645”. In: *Revista Historien UPE/Petrolina*, v. 7, p. 39-49, 2012.

THIÉL, Janice Cristine. A Literatura dos Povos Indígenas e a Formação do Leitor Multicultural. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1175-1189, out./dez. 2013.

VALLE, Sarah Maranhão. A perpetuação da conquista: a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco do Século XIX. Recife: UFPE, 1992. (Dissertação Mestrado em História).